

# ação na mídia

Análise da cobertura de educação



Edição nº5 - 26 de setembro de 2006

veja as  
edições  
anteriores

## Jornais destacam PNAD 2005 e estudo sobre gastos educacionais

Os dados da divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2005, do IBGE, e do estudo da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento - OCDE sobre gastos em educação de vários países foram repercutidos com destaque na imprensa na segunda semana de setembro.

A PNAD traz características gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento. No que se refere à educação, alguns temas mereceram mais destaques, como a queda no ritmo de redução do analfabetismo, o aumento de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola e o percentual de matrículas na educação infantil em alguns dos estados do país.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, nos dias 16 e 17 de setembro, publicou uma série de textos sobre o tema. Um deles destaca a redução na queda da taxa de analfabetismo (de 0,5% para 0,3% anuais), atribuída ao declínio populacional. A repórter apura de modo detalhado os motivos para a persistência da taxa de analfabetismo absoluto, apesar dos investimentos realizados pelo Programa Brasil Alfabetizado, que teria dificuldade em atingir esse público e estaria atendendo principalmente os analfabetos funcionais.

Em Minas Gerais, os jornais *Hoje em Dia* e *Estado de Minas* utilizaram os dados do IBGE para discutir a situação do analfabetismo no Estado, comparando-o à taxa nacional. Outros textos (na *Folha de S. Paulo*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio-PE*) limitaram-se a divulgar e repercutir os dados quantitativos. Vale observar que, com relação a esse tema, ficou faltando uma abordagem regionalizada. Afinal, o que pode explicar que a taxa de analfabetismo na região Sudeste não tenha sofrido alteração entre 2004 e 2005 (está em 6,6%) e as regiões Norte e Nordeste tenham registrado queda de 1,1% e 0,5%, respectivamente?

Três jornais preferiram destacar os dados sobre a matrícula dos alunos entre 5 e 6 anos na educação infantil. *O Povo* e *Diário do Nordeste* lembram que embora o Nordeste seja a região brasileira com menor taxa de escolarização infantil, o Ceará está à frente não só da própria região, como de todo o País nesse índice. Do lado oposto, o *Zero Hora* afirma que “quatro em cada 10 gauchinhos de cinco ou seis anos estão alijados do processo de alfabetização escolar. Em nenhuma parte do país é tão alta a proporção de crianças afastadas da pré-escola nesta faixa etária”.

### Gastos em educação

Na mesma semana, foi divulgado o estudo *Education at a Glance*, da OCDE que traz indicadores sobre os investimentos dos países participantes da organização em educação e a organização de seus sistemas educacionais.

Como se trata de um estudo comparativo, é natural avaliar a situação brasileira em relação aos demais países em desenvolvimento e países desenvolvidos, o que de fato foi feito pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de Pernambuco* e pelos

colunistas Leonardo Trevisan, na *Gazeta Mercantil*, e Maria Claro Prado, no *Valor Econômico*. Entretanto, além de apontar, por exemplo, o repetido argumento de que o Brasil gasta mal os recursos que investe em educação, seria interessante ver quais mecanismos de controle social desses investimentos – como os Conselhos do Fundef – já existem e não funcionam e o que seria preciso fazer para que funcionassem.

## além da pauta

Além de estudos de institutos governamentais, como o IBGE, e estudos sobre educação com enfoque econômico, como é o da OCDE, relatórios de monitoramento da sociedade civil são boas fontes de informação.

*O Estado do Direito à Educação no Mundo. Gratuita ou com preço?*, elaborado com a colaboração de organizações do mundo todo nos últimos seis anos e coordenado por Katarina Tomasevski, relatora pelo Direito à Educação das Nações Unidas entre 1998 e 2004, foi recentemente divulgado.

Com foco na educação básica, o relatório analisa legislação, políticas e práticas em 170 países, procurando observar se o direito à educação é reconhecido ou negado. Destaca, ainda, o impacto do modelo escolhido (ou imposto) em cada um desses locais. “Globalmente o direito à educação é negado apesar das recomendações das Nações Unidas sobre direitos humanos. Uma das maiores expressões é o valor cobrado pela educação - sobretudo a educação básica. Em muitos locais, é mais do que as pessoas de baixa renda podem pagar”, afirma.

O documento está disponível em [www.katarinatomasevski.com](http://www.katarinatomasevski.com).

